



PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

50 ANOS DO 25 DE ABRIL

ANA DELICADO

JOÃO FERRÃO

COORDENAÇÃO

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

50 ANOS DO 25 DE ABRIL

2024

Ficha Técnica

Edição

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 47 00
instituto.ciencias.sociais@ics.ulisboa.pt

www.ics.ulisboa.pt

Título

Portugal Social em Mudança:
50 anos do 25 de Abril

Coordenação

Ana Delicado e João Ferrão

Conceção e design gráfico

João Pedro Silva

Paginação

Guideline, L.^{da}

ISBN

978-972-671-773-7

1.^a edição, junho de 2024

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

Este é o quinto número do Portugal Social em Mudança, uma publicação regular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo disponibilizar informação sobre questões sociais numa ótica comparada e longitudinal. Os vários temas selecionados procuram situar Portugal em contextos mais amplos, de um ponto de vista tanto geográfico como temporal, a partir de indicadores objetivos (estatísticos) e subjetivos (percepções, opiniões) relativos a diferentes facetas da realidade social.

O Portugal Social em Mudança destina-se a um público não especialista. A disponibilização de dados organizados, ilustrados através de mapas e gráficos, analiticamente enquadrados e criticamente comentados, é útil não só para decisores e técnicos de diversas áreas profissionais mas também para cidadãos portugueses que desejam estar informados ou para estrangeiros que procuram entender o nosso país e que se confrontam com a existência de informação dispersa e nem sempre de fácil acesso. Esta publicação do ICS-ULisboa concretiza uma das suas missões: a de disseminação de conhecimento junto de públicos alargados, reforçando a ligação entre a universidade e a sociedade e, por essa via, o impacto social das investigações realizadas.

Esta é a última publicação conjunta dos cinco observatórios do ICS ULisboa (OQD – Observatório da Qualidade da Democracia; OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade; OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família; OPJ – Observatório Permanente da Juventude; e OE – Observatório do Envelhecimento), que irão dar lugar em breve a um novo Observatório Interdisciplinar.

**PORTUGAL SOCIAL
EM MUDANÇA
50 ANOS
DO 25 DE ABRIL**

- 7 **Introdução**
- 9 **FAMÍLIAS**
Sofia Marinho
Susana Atalaia
Vanessa Cunha
- 23 **EDUCAÇÃO**
Maria Manuel Vieira
- 37 **ENVELHECIMENTO**
Daniela Craveiro
João Carraça
Pedro Alcântara da Silva
- 49 **AMBIENTE**
João Guerra
Paulo Miguel Madeira
Luísa Schmidt
- 61 **HABITAÇÃO**
Marco Allegra
Caterina Di Giovanni
- 73 **QUALIDADE DA DEMOCRACIA**
Lúcio Hanenberg
- 81 **Comentário final**

4

PORTUGAL SOCIAL
EM MUDANÇA
50 ANOS DO 25 DE ABRIL

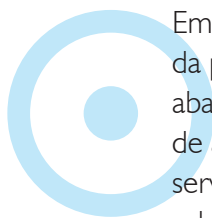
ÁGUA E SANEAMENTO: DO CAOS ÀS CONQUISTAS

João Guerra, Paulo Miguel Madeira e Luísa Schmidt

Quando se deu a Revolução de Abril de 1974, o abastecimento de água não chegava a metade do parque habitacional. No caso dos esgotos, a situação era ainda pior, pois nem um terço das habitações era servido por algum tipo de rede. Nos anos que se seguiram, o abastecimento de água e o saneamento básico tornaram-se prioridades de sucessivos governos. Contudo, a situação só se resolveria com a chegada dos fundos europeus, no período pós-adesão à UE. Passados 50 anos, o balanço é claramente positivo, apesar de algumas carências no âmbito das águas residuais.

O acesso à água potável e ao saneamento é uma necessidade básica inquestionável da qualidade de vida, da saúde e da prosperidade económica, além de estar na base da manutenção e qualidade dos ecossistemas. Os investimentos em infraestruturas de abastecimento e saneamento, bem como o envolvimento das populações na gestão e na promoção de usos mais sustentáveis dos recursos hídricos, são premissas para assegurar a sua qualidade ambiental, social e de governança. Nesta perspetiva, em Portugal, como no resto do mundo, a prossecução do ODS 6 – Água Potável e Saneamento emerge com uma prioridade inquestionável na promoção do bem-estar social e sanitário das populações, mais ainda num contexto de progressiva escassez que decorre do impacto das alterações climáticas.

Em Portugal, o percurso histórico da questão da água e do saneamento básico nos últimos cinquenta anos foi duplamente marcante. Foi marcante pelas profundas mudanças sociais, económicas e políticas decorrentes da Revolução de Abril de 1974 e do ciclo de políticas públicas sobre recursos hídricos que daí resultou, num país onde, em 1970, mais de metade da população não tinha ainda abastecimento doméstico de água e 70,9% não era servida por esgotos urbanos.



Em 1970, mais de metade da população não tinha abastecimento doméstico de água e 70,9% não era servida por esgotos urbanos.

E foi marcante também porque foi em matéria de abastecimento de água e de tratamento de esgotos que se deram mudanças quantitativas e qualitativas notáveis, que alteraram radicalmente, em poucas décadas, o panorama nacional.

Claro que, inicialmente — e sobretudo até à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986 —, os efeitos não foram tão rápidos quanto seria desejável, mas a nova realidade política acabou por se impor e dar lugar «a uma profunda reestruturação e modernização dos serviços, ao esforço da infraestruturização, à empresarialização do setor e à introdução de regulação» (Pato 2011, 9). É neste processo de transformação acentuada e nos seus resultados que iremos focar a nossa análise.

Primeira fase: da Revolução aos apoios comunitários

Nas vésperas da revolução, ou seja, no início da década de 70 do século XX, a situação do saneamento e da disponibilização de água potável canalizada à população era desastrosa, sobretudo tendo em conta os padrões europeus. De acordo com as estatísticas do INE (censos de 1970), mais de metade dos alojamentos não tinha sequer acesso a água canalizada (52,6%), e a rede pública não ultrapassava os 36,5% — e estas percentagens diminuam ainda mais nas zonas rurais (Figura 4.1). A tudo isto acrescia a insuficiência de instalações sanitárias: de acordo com os censos de 1970, apenas 47,7% dos alojamentos contava com uma retrete ligada a algum tipo de rede de esgotos (29,1% à rede pública e 18,2% a redes privadas), sendo que 40% nem sequer dispunha de retrete (Figura 4.2).

Figura 4.1 Percentagem de alojamentos com água canalizada em Portugal (1970)

Fonte: INE – Censos de 1970.

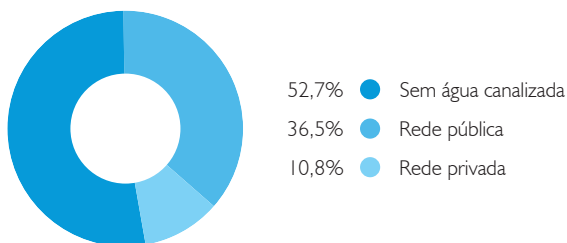
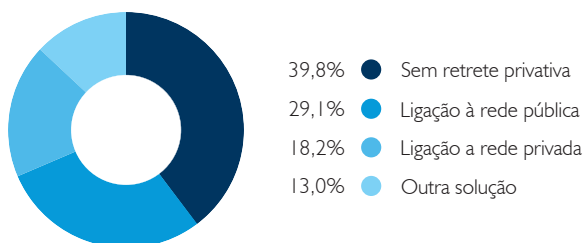


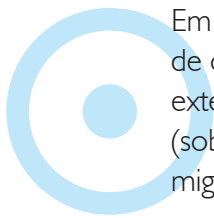
Figura 4.2 Percentagem de alojamentos com retrete privativa em Portugal (1970)

Fonte: INE – Censos de 1970.



Esta situação adquire contornos mais calamitosos se medida em percentagem da população. Segundo um estudo sectorial sobre o saneamento básico em Portugal, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (1975), o país terá chegado à década de 70 do século XX com apenas cerca de 40% da população servida por abastecimento domiciliário de água, e não mais de 17% ligada à rede de esgotos (Schmidt 2009). E não era por falta de água nem por incapacidade técnica que isso sucedia, mas sobretudo devido a opções de cariz político que, até então, tinham priorizado a valia económica direta da água, em detrimento das necessidades sociais e sanitárias, cuja resolução se mantinha por atender.

Manter uma população essencialmente rural desprovida de acesso à água canalizada, e ainda mais ao saneamento, era algo que se arrastava havia décadas e que fora assumido de forma politicamente intencional. A este propósito, é elucidativo um episódio relatado por Freitas do Amaral no seu livro *O Antigo Regime e a Revolução*. Quando, em 1957, o então subsecretário de Estado do Tesouro tentou convencer Oliveira Salazar



Em Lisboa ocorreram surtos de cólera em 1973-74 nos extensos bairros de lata onde (sobre)viviam milhares de migrantes rurais.

de que estava na altura de proceder ao abastecimento de água às populações rurais, obteve do ditador a seguinte resposta: «O senhor não conhece o interior de Portugal. Sabe? As pessoas que ali vivem estão ainda muito arreigadas às suas tradições e modos de vida seculares. Se lhes levarmos a água a casa, as mulheres já não terão de ir todas as manhãs com o cântaro à fonte: como é que elas hão de poder pôr a conversa em dia umas com as outras?» (Amaral 1996, 62).

De facto, durante o Estado Novo, os serviços de água disponibilizados limitavam-se a fontanários públicos, com as populações rurais a assistirem à construção de grandes obras hidráulicas nas suas imediações, mas sem usufruírem dos seus benefícios mais óbvios: o acesso a água canalizada e a eletricidade.

A carência de investimento repercutiu-se igualmente nos meios urbanos, que na década de 1960 alastraram de forma exponencial e desordenada, sobretudo dentro e fora da cidade de Lisboa, devido ao crescente êxodo rural da população sem políticas de habitação que a acolhessem. Multiplicaram-se, assim, «bairros de lata» e milhares de construções «clandestinas», muitas das quais precárias, nas periferias das grandes cidades, sobretudo de Lisboa, onde se amontoava uma população sem recursos e sem acesso a serviços públicos básicos. O estado lastimável dos serviços de abastecimento de água e de saneamento na área metropolitana de Lisboa, por exemplo, é atestado pelos registos de surtos de cólera que, no início dos anos 70 (1973-74), ocorreram justamente nos bairros de lata onde (sobre)viviam os migrantes pobres que tinham chegado com esses movimentos internos.

Com a «Primavera Marcelista» e a necessidade de preparar a participação portuguesa na Conferência de Estocolmo (1970), criou-se alguma expectativa de reforma, posteriormente gorada, mas que, entretanto, deu azo a alguns sinais de abertura política: a realização do 1.º Congresso sobre Poluição Hídrica em Portugal, por exemplo, ou a discreta chegada de documentários televisivos sobre a poluição/degradação dos recursos hídricos e o desordenamento urbano. Em 1972 e 1973, a linha do Estoril,

o Algarve e a Costa da Caparica foram cenários de reportagens da série Há Só Uma Terra, «incidindo sobre a duvidosa sanidade das águas». Pela mesma altura, surgiu também uma certa preocupação com o estado de alguns rios e lagoas, como reporta a mesma série: «A Poluição do Nabão», «Poluição do Tejo», e «Poluição da Lagoa de Óbidos» foram títulos de alguns episódios (Schmidt 2003, 353).

Contudo, em termos práticos (isto é, ação política e resultados efetivos nos serviços disponibilizados à população), só depois de abril de 1974 é que a questão do abastecimento de água e do acesso ao saneamento básico se tornou uma prioridade (social e política), fosse em contexto rural ou em contexto urbano e periurbano. Numa altura em que, mais do que às questões ambientais, os impulsos advindos da revolução davam particular prioridade aos problemas sociais, a aposta no abastecimento público de água e no saneamento básico tornou-se uma prioridade, num panorama em que era preciso acabar com bairros de lata e dotar os bairros clandestinos de água e esgotos. Nas novas condições políticas, em democracia, o país não consentia mais surtos de cólera e entendia que a água e o saneamento eram questões centrais de saúde pública e de direito social. Assim, nos anos que se seguiram à revolução de 1974, as simples retretes domésticas tornaram-se quase universais nas habitações portuguesas, passando de 60,2%, em 1970, para 78% em 1981 e 91,8% em 1991.



Só depois de abril de 1974 é que abastecimento de água e acesso a saneamento básico se tornaram prioridades.

A pesada herança do Estado Novo neste domínio de atuação pública justificou, logo em 1976, depois dos esforços iniciais dos Governos Provisórios — que elegeram a questão como uma prioridade —, a criação de uma Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico (sob a tutela do Ministério das Obras Públicas) e, dentro desta, de uma Direção-Geral do Saneamento Básico, que deveria dedicar-se exclusivamente à resolução do problema. Como referia Rui Cunha Marques, nesta área da água e do saneamento, todos

Figura 4.3 Percentagem de alojamentos com água canalizada, entre 1970 e 1991

Fonte: INE – Censos de 1970, 1981 e 1991.

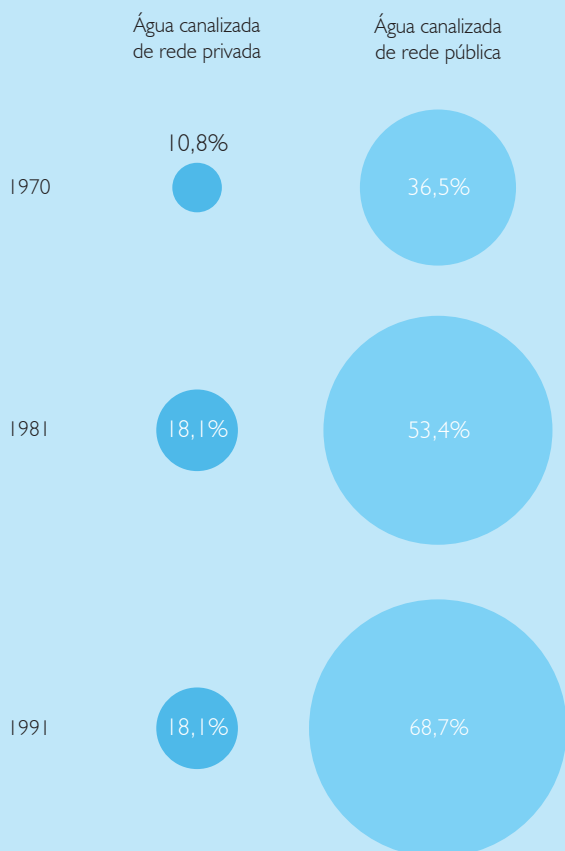
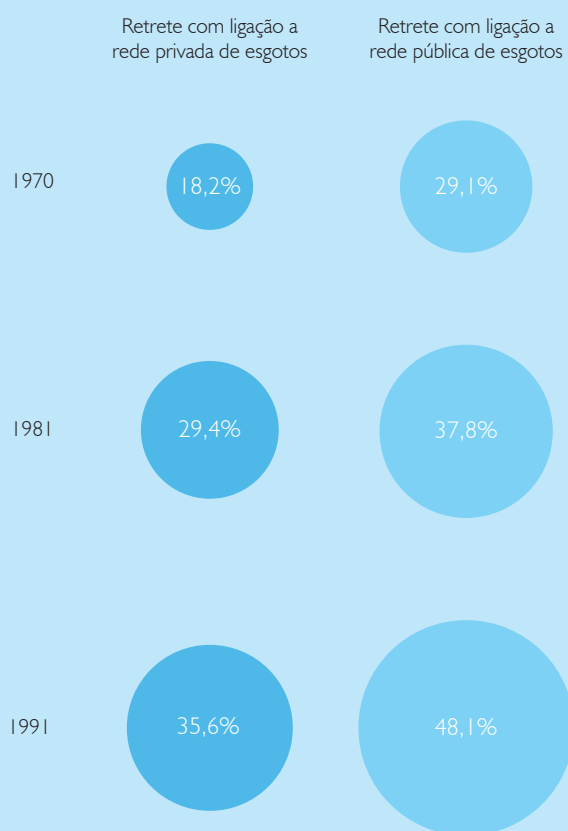


Figura 4.4 Percentagem de alojamentos com retrete privativa, entre 1970 e 1991

Fonte: INE – Censos de 1970, 1981 e 1991.



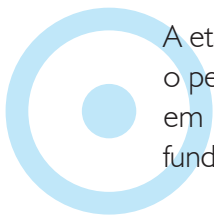
os grandes investimentos e marcos legislativos surgiram após a revolução e estão marcados pelos desenvolvimentos de uma democracia ainda em fase de crescimento (Marques 2011).

No entanto, após o 25 de Abril, a instabilidade política decorrente do período revolucionário dificultou o desenho de uma reforma institucional nesta área. Nomeadamente, verificou-se uma forte contestação autárquica — as autarquias requeriam para si as atribuições municipais no domínio do abastecimento de águas e do saneamento básico, apesar da manifesta incapacidade para lidarem com a dimensão e complexidade do problema, o que levaria a novos adiamentos na resolução destas questões.

Mesmo assim, entre 1970 e 1981, verificaram-se ganhos significativos, como testemunham os dados expostos nas Figuras 4.3 e 4.4.

De acordo com a Figura 4.3, se em 1970 o total de alojamentos com água canalizada não ultrapassava os 47,3% (36,5% da rede pública e 10,8% de redes privadas), em 1991, o total de alojamentos servidos por este serviço já ultrapassava os 86,8%, sendo disponibilizado pela rede pública em mais de 68% dos casos.

Nestas duas décadas, o investimento referido anteriormente teve, assim, um impacto inquestionável no abastecimento de água e nos serviços de saneamento (Figura 4.4). Com efeito, quando analisamos a evolução de alojamentos com retrete privativa neste período, constatamos que houve o mesmo padrão de forte crescimento, nas décadas seguintes à revolução: de 47,3% em 1970 para 83,7% em 1991.



A etapa decisiva seria, contudo, o período de pós-adesão à CEE, em 1986, com a chegada dos fundos estruturais.

Contudo, a etapa decisiva seria o período de pós-adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, que implicou um conjunto de novas exigências políticas e normativas e, por conseguinte, institucionais, bem como a possibilidade de o país poder usufruir de avultados meios financeiros disponibilizados pelos fundos estruturais: primeiro, através do apoio a projetos específicos que lhes eram apresentados (1986-88) e sobretudo, depois, através dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA de 1989-93, 1994-99 e 2000-2006) que foram adotados na sequência da reforma do funcionamento desses fundos estruturais, em que foi criada a Política de Coesão, com os seus períodos de programação plurianual. Uma parte importante das verbas então disponíveis foi aplicada especificamente nas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico das cidades e vilas.

Também a transposição das diretivas europeias para alguns diplomas, publicados em 1990, 1993 e 1994, marcaram este período. Quer definindo critérios e normas de qualidade da água em função dos seus principais usos, quer reconfigurando o papel do Estado na administração dos recursos hídricos, criando um enquadramento jurídico que promovesse uma verdadeira indústria da água e do tratamento dos esgotos, estimulando a empresarialização ou incluindo a abertura ao setor privado. Seriam assim definidos os sistemas multimunicipais e municipais. E estavam, então, reunidas três condições-chave para as políticas públicas de água e saneamento avançarem em força: legislação, quadro administrativo e financiamento.

Em suma, se a reestruturação do setor da água — e respetiva informação disponibilizada — decorreu de um processo iniciado em 1974, com o novo regime democrático, o ponto central de viragem iria situar-se em 1986, com a adesão à CEE, que veio dar um verdadeiro impulso à infraestruturização neste domínio. Acresce que a criação da

empresa pública Águas de Portugal (AdP) e do Instituto da Água (INAG), em 1993, foi crucial para este avanço na ação e no quadro governativo, dinamizando uma profunda transformação no setor, que viria também a estabelecer, em 1995, um Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), bem como todo o sistema de planeamento dos recursos hídricos a nível nacional e das bacias hidrográficas (Ferreira e Sereno 2023).

II

Segunda fase: da plena adesão europeia à atualidade

Após os dois primeiros QCA, com investimentos específicos e prioritários no abastecimento de água e no saneamento básico, a par de entidades e instituições centrais criadas também nos anos 1990 para a boa gestão e respaldo técnico do setor, a situação no domínio da água e do saneamento adquiriu uma dinâmica que se consolidaria definitivamente na viragem para o século XXI. O fornecimento de água canalizada por redes públicas, que em 1970 abrangia pouco mais de um terço (37%) dos alojamentos, em 1980 alcançava 53%, em 1990 cerca de 69%, em 2001 chegava a 91% dos alojamentos e em 2021 estava próximo do pleno, com 96% (Figura 4.5).

Quanto às redes de esgotos, com uma situação bastante mais deficitária no início da década de 70, a sua evolução tendeu a seguir passos idênticos, embora mais lentos e menos eficazes, e, claro, ao ritmo da chegada dos fundos europeus após 1986: em 1970, a percentagem de alojamentos com serviço público de esgotos não chegava aos 30%, em 1991 atingiu quase metade (48%), registando-se o seu maior incremento nos anos 1990. No último momento censitário (2021), estava em 85% (Figura 4.6).

Esta tendência de forte melhoria, comum ao abastecimento de água e ao saneamento básico, alinhou finalmente o país com o resto da Europa, se bem que, no que respeita

Figura 4.5 Percentagem de alojamentos servidos por água canalizada pública

Fonte: INE.

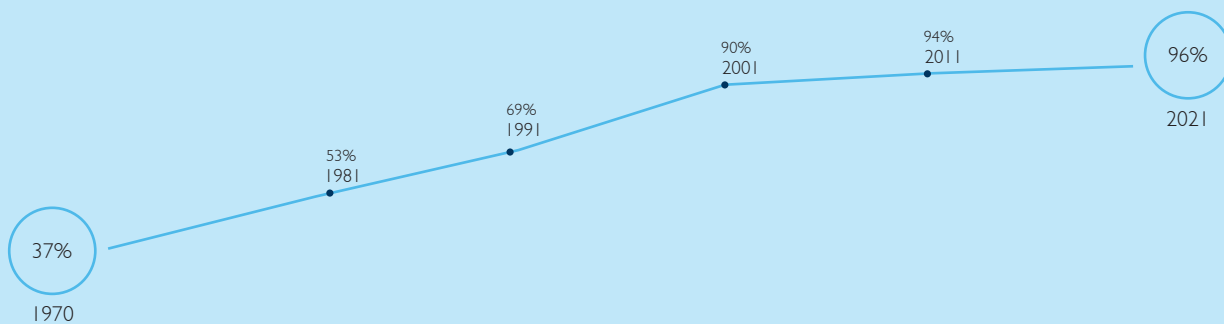


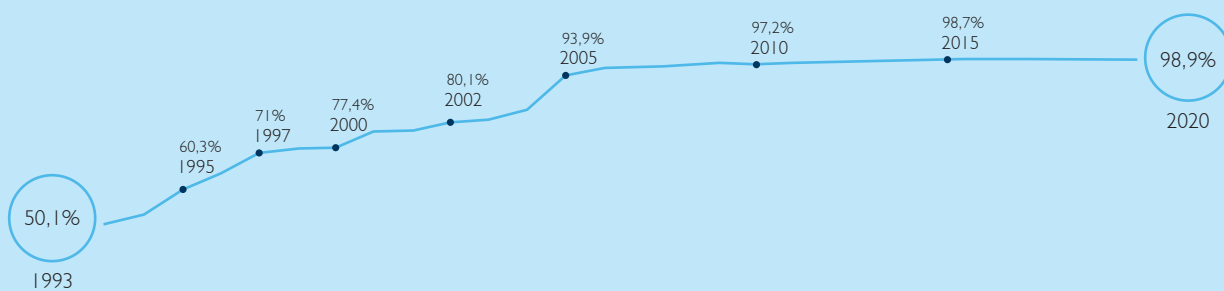
Figura 4.6 Percentagem de alojamentos servidos por sistemas públicos de esgotos

Fonte: INE.



Figura 4.7 Percentagem de alojamentos com água controlada e de boa qualidade

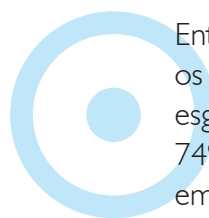
Fonte: ERSAR.



ao saneamento, se mantivesse ainda abaixo dos melhores valores verificados em alguns países do Centro e Norte do continente, que alcançavam mesmo 100%.³ Esta dinâmica de inquestionável recuperação decorreu, naturalmente, da prioridade política que a dotação do país em fornecimento de água e saneamento básicos universais nos domicílios constituiu desde a revolução.

O salto qualitativo conseguido no domínio do abastecimento de água ao domicílio e do correspondente serviço de esgotos refletiu-se, naturalmente, no surgimento de novas realidades que careceram de resposta das autoridades públicas (nomeadamente na monitorização). Assim, enquanto, após o recenseamento da população e da habitação de 1991, deixam de ser recolhidos dados sobre a existência de retretes e de casas de banho, privativas ou partilhadas, na década de 1990 começaram a ser produzidas estatísticas sobre aspetos relativos ao tratamento de águas residuais, à qualidade da água para consumo humano ou ao seu consumo per capita. De início, pelo INE, depois também pelo INAG e pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), entretanto com responsabilidades acrescidas a partir de 2003.

A par da disponibilidade de água nas habitações, a sua qualidade para consumo é um aspeto crítico do serviço prestado neste domínio. Os dados existentes revelam uma realidade ainda muito deficitária no início da década de 1990. Em 1993, a proporção de água segura para consumo humano disponibilizada ao domicílio rondava metade do total, e em 1994 foi iniciado um percurso de melhoria continuada neste domínio, que elevou este indicador para cerca de 60% em



Entre 1996 e 2008 triplicaram os alojamentos servidos por esgotos com ETAR, atingindo 74% em 2008 e 84% em 2020.

1995, 71% em 1997, 80% em 2002 e valores acima de 90% depois de 2005 (Figura 4.7). Os valores estão hoje próximos de 99%

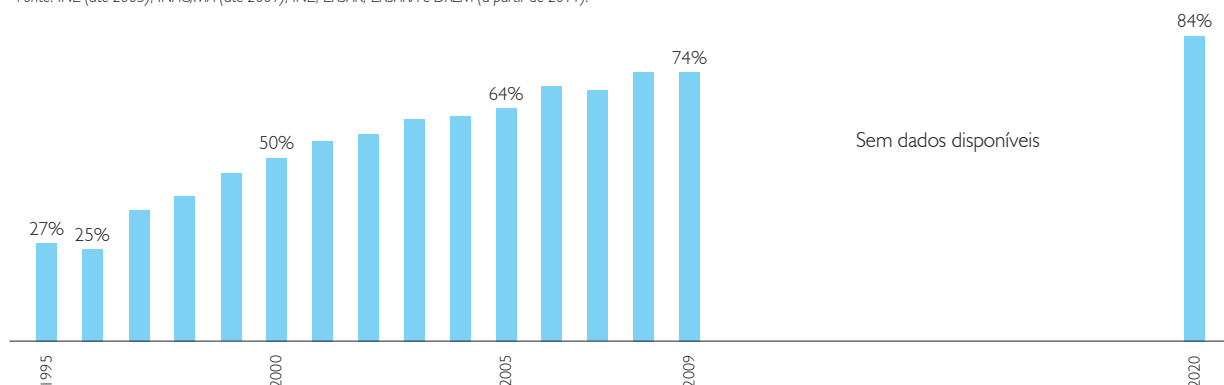
Em paralelo com a qualidade da água distribuída, tornaram-se também prioritárias a eficácia e a qualidade do tratamento dos efluentes, através das Estações de Tratamento de Águas Residuais (conhecidas por «ETAR»). Neste âmbito, os valores disponíveis têm início em 1995, quando apenas 27% dos alojamentos em Portugal eram servidos por estes sistemas (Figura 4.8). Esta situação de valores muito baixos no que respeita às estações de tratamento dos esgotos traduzia-se, obviamente, na poluição dos cursos de água e também das águas balneares da costa.

A poluição de rios e de praias, que já era tema de reportagem antes da revolução, conforme referido acima, agravou-se exponencialmente após o 25 de Abril, com o crescimento desordenado de áreas urbanizadas e a implantação de pequenas e médias indústrias e agropecuárias, cujos esgotos eram despejados diretamente nas linhas de água sem

³ https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/env_wat_pop/default/table?lang=en.

Figura 4.8 Percentagem de alojamentos servidos por ETAR

Fonte: INE (até 2005); INAG/MA (até 2009); INE, ERSAR, ERSARA e DREM (a partir de 2011).



qualquer tratamento. Nesse contexto, «a partir de finais dos anos 80, o discurso sobre ‘poluição’ sobe de tom. [...] As praias sujas passam a trivialidade, cuja solução está ao alcance autárquico encarregue dos tratamentos de esgotos que as vão tornar limpas» (Schmidt 2003, 342).

Foi, contudo, apenas a partir de 1996 que se verificou um ciclo de rápida e eficaz construção deste tipo de equipamentos. Em 12 anos, quase triplicaram os alojamentos servidos por esgotos com ETAR, atingindo 74% em 2008-2009 (Figura 4.8). A série de dados foi então interrompida, existindo um novo valor apenas para 2020, quando 84% dos alojamentos no país (ou seja, basicamente, os esgotos urbanos) estavam servidos por estações de tratamento das suas águas residuais. Neste domínio da regulamentação ambiental da água, é importante referir, já neste século, a Lei da Água (Lei n.º 58/2005), que transpõe para o direito nacional a Diretiva-Quadro da Água, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas (Marques 2011).

III

Ponto da situação ao fim de cinco décadas

A evolução dos serviços de água e saneamento nas décadas mais recentes deixou o país numa situação confortável neste domínio, sensivelmente em linha com os valores dos outros países europeus. Em 2021, os principais indicadores relativos aos serviços de água apresentavam valores ótimos relativamente aos alojamentos servidos e à percentagem dessa água que é segura para consumo humano (Figura 4.9).

Em relação aos serviços de saneamento de águas residuais, a situação atual é efetivamente menos boa: uma razoável parcela das habitações — cerca de 15% — ainda não dispõe de esgotos da rede pública ou de saneamento das suas águas residuais (Figura 4.10).

Figura 4.9 O abastecimento de água em 2021

Fonte: INE.



Figura 4.10 Os serviços de saneamento em 2021

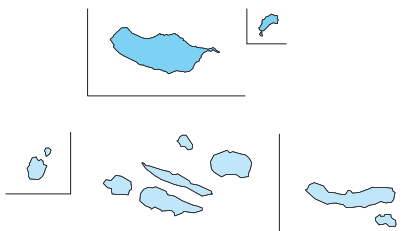
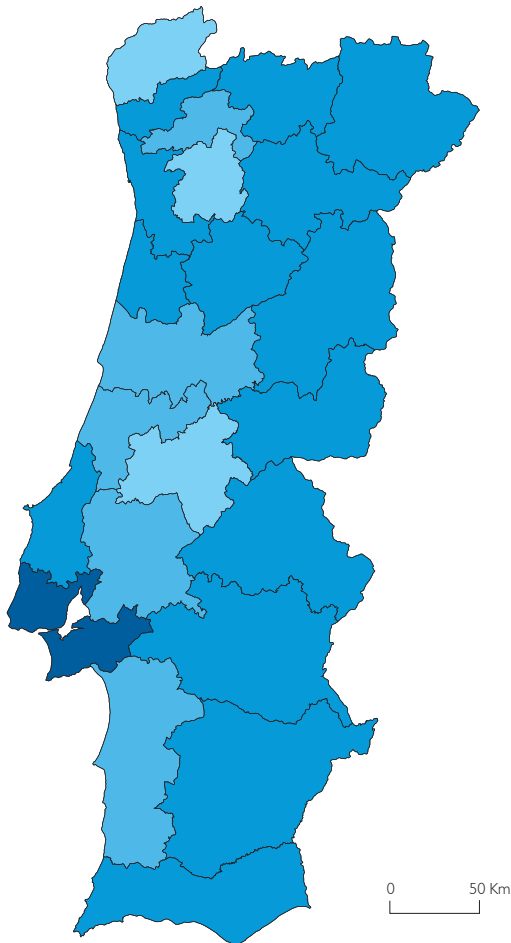
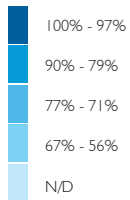
Fonte: INE.



Mapa 4.1 Percentagem de alojamentos servidos por ETAR em 2020, por NUTS III

Fonte: INE..

Percentagem de alojamentos servidos por ETAR em 2020, por NUTS III



Em 2021, a percentagem de alojamentos servidos por água canalizada segura para consumo humano atingiu 96%

Por outro lado, os valores das NUTS III à escala nacional, em termos de percentagem de alojamentos servidos por ETAR, são muito variáveis, verificando-se que a Área Metropolitana de Lisboa surge muito destacada, com uma cobertura de 97%. O segundo valor mais alto é relativo a Trás-os-Montes (90%), e o terceiro é relativo à Área Metropolitana do Porto (88%). A região do Tâmega e Sousa apresenta o pior valor (56%), quase a par das regiões do Médio Tejo e Alto Minho, seguidas da Região Autónoma da Madeira (Mapa 4.1).

Note-se que, no caso da ligação à rede de esgotos e do tratamento das águas por ETAR, há uma grande parte do território nacional com valores ainda insuficientes — abaixo de 80% e mesmo de 70%. Se, no caso do abastecimento de águas para consumo humano, Abril se cumpriu genericamente, no caso dos esgotos e das águas residuais, a situação arrastou-se e ainda é algo problemática em muitas zonas do país.

IV

Conclusão

A água e o seu uso responsável e previdente desempenham um papel fundamental na prossecução da sustentabilidade, num contexto global que mostra evidentes sinais de desequilíbrio. É, portanto, necessário garantir que a gestão da água não responde de forma eficaz apenas às necessidades humanas, mas também à sua sustentabilidade, o que significa precaver a reposição de caudais (superficiais e subterrâneos) e assegurar a sua boa qualidade e capacidade de utilização.

Este recurso natural é abundante (o planeta Terra tem cerca de 71% da sua superfície coberta por água), mas só uma pequena parte (2,5%) pode ser utilizada como água doce, e ainda menos como água potável. Por isso, o acesso à água potável e ao saneamento constitui um dos dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. A ausência de fronteiras estanques, ou claramente definidas, entre os ODS significa que o uso, a qualidade e a disponibilidade de recursos hídricos alastram para outros ODS, nomeadamente os da ação climática, da saúde de qualidade, da erradicação da fome ou da minoração da pobreza, e ainda aos relativos à defesa dos ecossistemas marinhos e também terrestres.

A água é uma condição sine qua non para a vida e, com os cuidados corretos — isto é, investimentos em infraestruturas, tratamento e instalações sanitárias —, garantem-se condições de existência melhores para os seres humanos, mas também para a comunidade biótica de que fazem parte integrante. Como procurámos sublinhar, em Portugal, a Revolução de 1974 marca uma viragem importante em direção a este entendimento. Até então, os recursos hídricos eram abordados pelas políticas públicas, sobretudo, como potenciais alavancas da economia — pouco relacionados com o desenvolvimento social e, menos ainda, com a qualidade ambiental.

Dáí que, em 1974, a rede pública de água canalizada não chegasse a mais do que 36,5% dos alojamentos e uma percentagem ainda inferior contasse com ligação à rede pública de esgotos. Esta situação, que fazia o país destoar do resto da Europa, só começou a ser revertida com o advento da democracia e, sobretudo, com a chegada dos fundos europeus a partir de 1986 e a posterior transposição das diretivas europeias da água, no arranque dos anos 1990. Assistimos, a partir daí, a melhorias significativas na qualidade dos serviços disponibilizados à população, tanto no que respeita ao abastecimento de água canalizada segura

como aos alojamentos ligados a redes de saneamento com ETAR. Mas foi apenas no século XXI, já depois da aprovação da Lei da Água de 2005, que passámos a ter abastecimento doméstico generalizado de água de boa qualidade para consumo humano e uma franca melhoria no saneamento básico.

Em suma, os dados analisados sublinham progressos inegáveis, embora apontem também para alguns pontos ainda menos conseguidos, cuja insuficiência é vincada pelos desafios postos pelas alterações climáticas, tendo em conta a redução de precipitação e conseqüente escassez hídrica que se perspetiva para Portugal. Importa, assim, como refere o último Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030), implementar uma estratégia que inclua não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais mas também a gestão de águas pluviais, para evitar desperdícios e contaminações desnecessárias.



Palheiros de Mira: Mulheres lavando roupa na vala (pormenor). 1957.

Autor: Raquel Soeiro de Brito

Licença: © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos - IGOT-ULisboa – F12664

referências bibliográficas

- Amaral, D. F. 1996. *O Antigo Regime e a Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, J. G., e A. Sereno. 2023. «Águas». In *50 Anos de Políticas Ambientais – da Conferência de Estocolmo à Atualidade*, org. L. Schmidt, 157-184. Porto: Afrontamento.
- Marques, R. C. 2011. *A Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais – Uma Perspetiva Internacional*. Lisboa: ERSAR.
- Pato, J. H. 2008. *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. Lisboa: ERSAR.
- Schmidt, L., e P. Prista. 2009. «Introdução: água, líquido social». In *À Beira da Água*, coord. J. Brandão e T. Jorge, 6-39. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
- Schmidt, L. 2003. *Ambiente no Ecrã – Emissões e Demissões do Serviço Público Televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.